








DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v19.i1.8660344>

Artigo Original

O esporte nas eleições brasileiras de 2018: análise das propostas de governos dos presidentiáveis

*Sport in the 2018 brazilian elections: analysis of government proposals of the
presidentials*

*Deporte en las elecciones brasileñas de 2018: análisis de las propuestas de
gobierno de los presidentiables*

Fernando Henrique Silva Carneiro¹ 
Nadson Santana Reis² 
Claudia Catarino Pereira³ 
Ywry Crystiano da Silva Magalhães⁴ 
Fernando Mascarenhas² 

RESUMO

Objetivo: Este estudo teve por objetivo analisar as propostas dos presidentiáveis, relacionadas ao esporte, protocoladas no Tribunal Superior Eleitoral nas eleições de 2018. **Metodologia:** A pesquisa se caracteriza como qualitativa, sendo realizada a partir de pesquisa documental, e os dados foram avaliados a partir da análise de conteúdo. **Resultados:** Dos 13 candidatos nas eleições presidenciais de 2018, 6 não apresentaram nenhuma discussão ou proposição para o esporte, já 7 fizeram propostas e contextualização. Foram feitas 84 proposições para o esporte, em 11 diferentes temáticas: articulação do esporte com outras áreas, futebol, acesso/direito ao esporte, infraestrutura, financiamento, alto rendimento, propostas diversas, pesquisa, participação e controle social, entidades de administração esportiva e sistema nacional do esporte. **Conclusão:** A partir da análise foi possível compreender que o tratamento do esporte nas eleições presidenciais de 2018 oscilou entre a completa ausência desse fenômeno no debate público, pinceladas superficiais e assistemáticas, chegando à reafirmação de lugares-comuns ou, ainda, a apresentação de um consistente debate programático e/ou propositivo no âmbito da agenda pública brasileira.

Palavras-chave: Estado. Governo Federal. Brasil - Eleições. Políticas Públicas. Esporte.

¹ Instituto Federal de Goiás, campus Inhumas. Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – Avante, Goiânia - GO, Brasil.

² Universidade de Brasília, Faculdade de Educação Física, Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – Avante, Guanambi - BA, Brasil.

³ Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, campus Pouso Alegre, Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – Avante, Pouso Alegre – MG, Brasil.

⁴ Instituto Federal do Maranhão, câmpus Bacabal, Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – Avante, São Luíz – MA, Brasil.

Correspondência:

Fernando Henrique Silva Carneiro. Instituto Federal de Goiás, câmpus Inhumas, Avenida Universitária, s/nº, Vale das Goiabeiras, Inhumas-GO, CEP 74402-556. Email: fernandohenriques@gmail.com

ABSTRACT

Objective: This study aimed to analyze the proposals of the presidential candidates, regarding to sport, that were submitted in the Superior Electoral Court in the 2018 elections. **Methodology:** The research is characterized as qualitative, being carried out based on documentary research, and the data were analyzed based on content analysis. **Results:** Of the 13 candidates in the 2018 presidential elections, 6 did not present any discussion or proposition for the sport, and 7 made proposals and contextualization. Eighty four propositions were made for sport, being in 11 different themes: articulation of sport with other areas, football, access and right to sport, infrastructure, financing, high performance, diverse proposals, research, participation and social control, sports administration entities and national sports system. **Conclusion:** It was possible to understand that the treatment of sport in the 2018 presidential elections oscillated between the complete absence of this phenomenon in public debate, superficial and unsystematic strokes, reaching the reaffirmation of commonplaces or the presentation of a consistent programmatic and purposeful debate within the scope of the Brazilian public agenda.

Keywords: State. Federal Government. Brazil - Elections. Public policy. Sport.

RESUMEN

Objetivo: Este estudio tuvo como objetivo analizar las propuestas de los candidatos presidenciales, relacionadas con el deporte, presentadas en el Tribunal Superior Eleitoral en las elecciones de 2018. **Metodología:** La investigación se caracteriza por ser cualitativa, se lleva a cabo en base a la investigación documental, y los datos se evaluaron en función del análisis de contenido. **Resultados:** De los 13 candidatos en las elecciones presidenciales de 2018, 6 no presentaron ninguna discusión o propuesta para el deporte, 7 ya han presentado propuestas y contextualización. Se hicieron 84 propuestas para el deporte, en 11 temas diferentes: articulación del deporte con otras áreas, fútbol, acceso/derecho al deporte, infraestructura, financiamiento, alto rendimiento, propuestas diversas, investigación, participación y control social, entidades de administración deportiva y sistema deportivo nacional. **Conclusión:** Del análisis fue posible entender que el tratamiento del deporte, en las elecciones presidenciales de 2018, oscilaba entre la ausencia total de este fenómeno en el debate público, pinceladas superficiales y no sistemáticas, llegando a la reafirmación de lugares comunes o, incluso, la presentación de un debate programático y/o proposicional consistente dentro de la agenda pública brasileña.

Palabras Clave: Estado. Gobierno Federal. Brasil - Elecciones. Políticas públicas. Deporte.

INTRODUÇÃO

O esporte foi reconhecido como direito individual na Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado fomentar sua prática. Embora seja legalmente reconhecido, o esporte ainda não aparece como prioridade na agenda pública nacional (BRACHT, 2011), expressão disso é o pouco reconhecimento, no âmbito mais geral, de que o esporte corresponda a um direito importante e seu limitado financiamento orçamentário quando comparado com outras políticas públicas (MASCARENHAS, 2016; CARNEIRO, 2018).

Apesar disso, é possível apontar que o esporte, no âmbito das políticas públicas federais, teve destaque nas duas primeiras décadas do século XXI. Foi criado um ministério exclusivo para área, em 2003 – o Ministério do Esporte (ME). Este inicialmente tinha um forte discurso do esporte como direito social (FLAUSINO, 2013), contudo, após a realização dos Jogos Pan Rio 2007, houve um redirecionamento das políticas públicas federais para a realização dos grandes eventos esportivos no país e, conseqüentemente, para o esporte de alto rendimento (ATHAYDE, 2011). É neste cenário que os grandes eventos passaram a ser o princípio organizador da agenda política de esporte e lazer no país (MASCARENHAS *et al.*, 2012).

A realização dos grandes eventos esportivos possibilitou uma maior visibilidade às ações relacionadas ao esporte no país, efetivada pela articulação entre Estado, mercado e entidades esportivas (MASCARENHAS *et al.*, 2012). Assim, ampliaram-se os interesses políticos e sociais para que os grandes eventos esportivos fossem realizados no país (CARNEIRO, 2018). Dessarte, é importante sinalizar que a visibilidade que o esporte ganhou foi fruto de processos de mercantilização e espetacularização do fenômeno social em questão (BRACHT, 2011; ATHAYDE *et al.*, 2016a).

Acrescenta-se também ao destaque dado ao esporte, a ampliação das fontes de financiamento ao longo das duas últimas décadas. A criação de loterias esportivas, o aumento do patrocínio das estatais e a criação de gastos tributários são exemplos emblemáticos dessa ampliação (CARNEIRO *et al.*, 2019). Um processo que redundou no aumento global de gastos com esporte, principalmente até a realização dos Jogos Rio 2016, embora com diminuição do gasto da fonte orçamentária (CARNEIRO *et al.*, 2019).

Após a realização dos Jogos Olímpicos no país, o esporte voltou a figurar como temática – sem grande expressão – na agenda nacional no âmbito das eleições de 2018. Para concorrer à Presidência da República nessas eleições, 13 candidatos formalizaram o interesse na disputa eleitoral⁵. O registro dessas

⁵ São eles: Álvaro Dias (Podemos - PODE), Cabo Daciolo (Patriota), Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista - PDT), José Maria Eymael (Democrata Cristão - DC), Geraldo Alckmin (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB), Guilherme Boulos (Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), Henrique

candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) implicou no registro, por parte dos presidenciáveis, de propostas de ações e/ou políticas públicas defendidas (BRASIL, 1997).

Essas propostas, por sua vez, continham diretrizes de um conjunto de ações relacionadas a questões variadas que seriam priorizadas pelos candidatos caso fossem eleitos. Deste modo, o objetivo desse estudo é analisar as propostas dos presidenciáveis, relacionadas ao esporte, protocoladas no TSE nas eleições de 2018.

Isso se justifica dada a necessidade de estudos que tematizem e analisem as propostas de governo que são desenvolvidas ainda no período eleitoral. Além disso, o debate em torno da formulação de políticas públicas, dentre elas a esportiva, é essencial para efetivação e garantia do esporte como direito.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, sendo realizada a partir de pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada no site do TSE. Nele foram coletadas as 13 propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República no pleito eleitoral de 2018.

Os dados foram analisados a partir de análise de conteúdo (BARDIN, 2012) que implica em pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na etapa de pré-análise, foram buscados, a partir da leitura das propostas de governos dos 13 candidatos, os termos: "esporte", "desporto", "exercício físico", "atividade física", "prática corporal" e "educação física". Assim, foram identificadas 7 propostas de governo que continham elementos sobre o esporte, as quais passaram a ser analisadas nas etapas seguintes. Na fase de descrição analítica, identificamos candidatos que realizaram contextualização sobre a política esportiva e suas propostas. A partir disso, foi realizada categorização por temática das diferentes propostas. Nesta fase, as contextualizações e as diferentes temáticas foram analisadas à luz de referenciais teóricos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao analisarmos as 13 propostas de governo dos presidenciáveis, identificamos que Álvaro Dias (PODE), Cabo Daciolo (PATRIOTA), Geraldo Alckmin (PSDB), Henrique Meirelles (MDB), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU) não remetiam, em nenhum momento, ao esporte. Assim, podemos afirmar que

Meirelles (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL), João Amoêdo (Partido Novo - Novo), João Goulart Filho (Partido Pátria Livre - PPL), Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores - PT), Marina Silva (Rede Sustentabilidade - Rede) e Vera Lúcia (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU).

tais candidatos ignoraram o esporte enquanto área que mereceria atenção no processo de planejamento de políticas públicas. Além disso, esse processo nos remete ao entendimento de Pereira (2009) de que política pública pode também significar não-ação, ou seja, aquilo que se escolhe não fazer.

Isto confirma os apontamentos de Bracht (2011), Mascarenhas (2016) e Carneiro (2018), ou seja, o esporte ainda é marginal em relação às outras áreas da intervenção pública. Dessarte, a falta de reconhecimento do esporte como direito acaba refletindo na ignorância dos partidos políticos em relação às políticas públicas para a área. Além disso, tomar o esporte como elemento prioritário nas propostas de governo é o prenúncio do (não) lugar deste nas políticas públicas e mesmo na agenda pública estatal.

Noutra direção, 7 candidatos apresentaram propostas variadas para o setor esportivo, a saber: Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Guilherme Boulos (PSOL), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (Novo), José Maria Eymael (DC) e Marina Silva (Rede). Destes, Amoêdo, Bolsonaro, Eymael e Gomes apenas apresentaram propostas para a política esportiva, enquanto os demais apresentaram contextualização e propostas. Inicialmente vamos apresentar a contextualização realizada nas propostas de governo para depois analisar as diferentes propostas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA ESPORTIVA

O reconhecimento do esporte como direito na Constituição Federal de 1988 esteve presente nas propostas de governo de Fernando Haddad (PT) e de Guilherme Boulos (PSOL). O primeiro tomou-o como um direito social, já o segundo diferenciou o esporte como um direito individual e um direito social na dimensão do lazer. Na contextualização realizada por Guilherme Boulos (PSOL), há clareza sobre a presença do esporte no texto Constitucional, pois, para ele, o esporte não é apresentado diretamente como um direito social, discussão realizada em estudos como o de Carneiro e Mascarenhas (2014).

Ademais, Guilherme Boulos (PSOL) apresentou o esporte como uma necessidade humana. O que dialoga com a noção do esporte como direito de cidadania (ATHAYDE *et al.*, 2016a). Para Fernando Haddad (PT), o desenvolvimento do esporte deve ser tratado como política de Estado.

Fernando Haddad (PT) e Marina Silva (Rede) apontaram que o esporte é importante para a cidadania e a saúde da população. Além disso, outros atributos foram apresentados por Fernando Haddad (PT), quais sejam: instrumento de formação educacional e integração social, elemento cultural que contribui para a vivência em comunidade, pilar essencial da identidade brasileira, potente âncora econômica e importante fator de desenvolvimento social e inserção de minorias. Marina Silva (Rede) ainda avaliou que o esporte é importante na primeira infância.

Estudos como Melo (2005), Flausino e Mascarenhas (2012) e Carneiro (2013) apontam que é comum a presença de discursos mistificadores sobre esporte, ou seja, em que há uma série de adjetivações que o qualifica e o instrumentaliza. Há consenso de que estes processos esvaziam o esporte de conteúdo, uma vez que o justificam não em função dele mesmo, mas como meio para se chegar a outros elementos.

Marina Silva (Rede), Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL) apresentaram análises diferentes sobre a política esportiva brasileira. A proposta de governo da primeira se limitou a sinalizar que o esporte nunca recebeu o apoio adequado. Fernando Haddad (PT), por sua vez, apontou que os governos Lula e Dilma investiram muito no esporte, criando diferentes ações e programas. Estudos como o de Mascarenhas (2016), que comparou o gasto com esporte em governos diferentes, apontam que o gasto orçamentário, no Governo Lula, foi maior que no Governo Fernando Henrique Cardoso, mas o Governo Dilma voltou ao patamar deste último. De acordo com Carneiro *et al.* (2019) houve nos Governos Lula e Dilma ampliação das fontes de financiamento do esporte.

Na proposta de governo de Fernando Haddad (PT) há a sinalização de que nos governos do PT o esporte paralímpico passou a ser valorizado, recebendo a mesma atenção que o esporte olímpico, tendo transformado o país em uma potência paralímpica. Contudo, não há estudos que demonstre esta equivalência, embora Ferreira *et al.* (2018) apontem que houve ampliação dos recursos paralímpicos de 2008 a 2016.

Além disso, os grandes eventos esportivos se tornaram a principal política de esporte dos Governos Lula e Dilma, expressão disso é que de 2004 a 2015 o gasto com esta categoria representou 21,56% de todo recurso gasto com esporte no período (CARNEIRO, 2018). Ao se tornarem o princípio articulador das políticas esportivas, provocaram mudanças no planejamento, arranjo institucional e jurídico, e no financiamento do esporte no Brasil (MATIAS; MASCARENHAS, 2017).

Sobre os grandes eventos esportivos, Guilherme Boulos (PSOL) avaliou que houve uma violação ao ordenamento jurídico e à soberania nacional, benefícios tributários e privilégios às entidades esportivas, investimentos em obras de infraestrutura, disponibilizando crédito farto e barato às empresas e grande transferência de recursos públicos para o setor privado, além disso apontou que ocorreu um entrelaçamento entre agenda esportiva e agenda política. Já Fernando Haddad (PT) relatou que os grandes eventos esportivos foram valorizados a partir dos investimentos urbanos realizados nas cidades sedes, pelo investimento em infraestrutura esportiva e pelas questões econômicas.

De acordo com Proni e Silva (2012, p. 18), os investimentos realizados em megaeventos como a Copa 2014 foram “[...] obras ‘dispensáveis’ que servem mais aos interesses da FIFA, patrocinadores e construtoras do que às demandas das populações residentes nas cidades-sedes”. Segundo Athayde (2014), os grandes

eventos se pautaram na lógica da gentrificação de setores da cidade, cuja justificativa seria o “saneamento socioeconômico” do local, que tem como efeito a remoção de segmentos sociais. Assim, diferentes estudos demonstram que os megaeventos esportivos serviram muito mais para atender interesses econômicos do que interesses sociais mais amplos (CARNEIRO, 2018; COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADA DO RIO DE JANEIRO, 2015; ATHAYDE, 2014).

A proposta de governo de Guilherme Boulos (PSOL) contém críticas à política esportiva pós-Constituição Federal de 1988. O referido candidato argumentou que todos os governos se limitaram à regulação do mercado sobre as práticas esportivas e de lazer. O estudo de Athayde *et al.* (2016b), sobre as legislações esportivas de 1989 a 2014, demonstrou que estas não se limitaram apenas a regular o mercado esportivo, mas que mercado/indústria esportiva e futebol foram os temas privilegiados nas legislações produzidas, tendo atendido prioritariamente interesses liberalizantes, isto é, que buscavam autonomia de mercado para o esporte.

A proposta de governo de Guilherme Boulos (PSOL) avaliou, também, que o ME se tornou o espaço privilegiado de articulação entre as entidades esportivas nacionais e internacionais para a elaboração de medidas e políticas públicas. Castellani Filho (2009) coloca que esse processo foi tão intenso que fez com que o ME se tornasse refém dos interesses das entidades de administração esportiva.

Na análise de Boulos (PSOL), a política esportiva acomodou processos de conciliação de classe, pois juntamente com a reacomodação da burocracia esportiva no Planalto foram instituídos espaços de debate e formulação de políticas públicas por meio das Conferências Nacionais do Esporte (CNE). A análise apresentada pelo referido candidato é similar a diversos estudos (ATHAYDE, 2014; CASTELAN, 2010; FLAUSINO, 2013) que apontam que nas duas primeiras CNEs o discurso sobre o esporte estava pautado na universalização do direito ao esporte e lazer, tendo a III CNE priorizado a realização dos megaeventos e o esporte de alto rendimento. Para Athayde (2014), a III CNE expressou uma conciliação de interesses “pelo alto” no estabelecimento das políticas públicas de esporte, inviabilizando a vontade coletiva que requeria um Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Sobre o esporte de alto rendimento, a proposta de governo de Marina Silva (Rede) apresentou que “medalhas também são importantes”, sendo o legado esportivo o primeiro passo para promover o esporte de alto rendimento e para projetar o Brasil como excelência esportiva mundial. Assim, vemos que a visibilidade possibilitada pelo esporte de alto rendimento ganha força no debate político.

Chama atenção que a proposta de governo de Guilherme Boulos (PSOL) apresentou de forma clara e atual as diferentes fontes de financiamento do esporte pelo governo federal, isto é, orçamentária, extraorçamentária e de gastos

tributários – esta classificação tem sido utilizada por estudos como o de Carneiro *et al.* (2019), Carneiro (2018), Pereira (2017), Teixeira (2016), etc. –, realizando crítica sobre o aumento de gastos tributários de 2015 a 2017 e dos gastos tributários que, como a Lei de Incentivo ao Esporte, destinaram recursos principalmente para os esportes de alto rendimento.

Enquanto a proposta de governo de Fernando Haddad (PT) se limitou a colocar sobre o futebol a responsabilidade pela identidade nacional, a de Guilherme Boulos (PSOL) avaliou que há, no futebol profissional, um processo de empobrecimento. Isso devido ao êxodo de jovens atletas, a falência dos clubes pequenos e o processo de elitização dos estádios e arenas.

A proposta de governo de Guilherme Boulos (PSOL) apontou, nesse sentido, a necessidade de valorizar diferentes práticas que não inferiorizem os corpos das mulheres, que possibilitem a livre expressão da diversidade sexual e não reforcem estigmas racistas, além de apontar a necessidade de democratizar o acesso ao esporte nos espaços e equipamentos públicos como lugares de todos e todas.

PROPOSIÇÕES DOS CANDIDATOS PARA O ESPORTE

Foram identificadas 84 proposições sobre o esporte nas propostas de governos analisadas, sendo 36 de Guilherme Boulos (PSOL), 24 de Fernando Haddad (PT), 13 de Marina Silva (Rede), 5 de José Maria Eymael (DC), 4 de Ciro Gomes (PDT), 1 de Jair Bolsonaro (PSL) e 1 de João Amoêdo (Novo). Dessarte, há grande variação no conteúdo das proposições para o esporte nas propostas de governo.

Todas estas propostas foram separadas por temáticas e, assim, foram identificadas 11 categorias gerais: articulação do esporte com outras áreas (17), futebol (12), acesso/direito ao esporte (10), infraestrutura (10), financiamento (8), alto rendimento (6), propostas diversas (6), pesquisa (5), participação e controle social (5), entidades de administração esportiva (3) e sistema nacional do esporte (2).

A categoria temática 'articulação do esporte com outras áreas' apresentou o maior número de propostas. Nessa categoria, visualizamos propostas genéricas como a integração da política de esporte com outras políticas públicas nas propostas de Fernando Haddad (PT), mas também foram apresentadas propostas aproximando o esporte a outras áreas, como educação, segurança pública, saúde e cultura. No que tange à educação, Fernando Haddad (PT) apresentou propostas como: promover o esporte escolar, abrir as escolas para a comunidade se tornando polos de esporte e a inserção do esporte na educação integral do ensino médio.

Ciro Gomes (PDT), por sua vez, apresentou uma proposta similar a esta última, acrescentando a presença do esporte na educação de tempo integral do ensino fundamental ao ensino médio. Outra proposta apresentada foi utilizar o

esporte como ferramenta para entreter e amparar os jovens nas escolas. Já Marina Silva (Rede) propôs garantir políticas públicas para incentivar a educação física nas escolas e ampliar a construção de quadras esportivas cobertas nas escolas do ensino fundamental.

Também foi anunciada a articulação com segurança pública nas propostas de Marina Silva (Rede), Fernando Haddad (PT), José Maria Eymael (DC) e Guilherme Boulos (PSOL), a partir dos respectivos argumentos: acesso ao esporte como forma de combate à violência e investimento em infraestrutura esportiva em regiões mais pobres; ampliação e qualificação dos serviços de esporte em articulação com a segurança pública; esporte como elemento importante na formação do caráter dos jovens e no combate às drogas; e promoção de jogos, torneios e competições entre escolas.

Na relação do esporte com a saúde, Fernando Haddad (PT) propôs a atuação na promoção da saúde por meio de programas que incentivem a atividade física e Jair Bolsonaro (PSL) propôs a inclusão de profissionais de educação física no programa Saúde da Família para ativar as academias ao ar livre como meio de combater o sedentarismo e a obesidade. Fernando Haddad (PT) indicou, ainda, intensificar o diálogo da cultura com outros campos, como o esporte.

Embora a articulação do esporte com outras áreas tenha sido a temática com mais propostas, estudos como o de Bonalume (2010) apontam que historicamente as políticas esportivas no Brasil se caracterizam por serem seletivas, fragmentadas, excludentes e setorializadas. Ribeiro, Amaral e Silva (2014, p. 110) demonstraram que "O processo de intersetorialidade tem destaque nos discursos dos gestores e nos documentos públicos oficiais. No entanto, na prática, a fragmentação das ações ainda é uma realidade no campo das políticas públicas de esporte e lazer". Assim, é um avanço terem propostas de governo que apontam para a articulação do esporte com outras áreas de intervenção social no campo das políticas públicas.

É possível notar nas propostas o discurso mistificador do esporte ao vinculá-lo com o combate à violência e às drogas, com a formação do caráter dos jovens e com o combate ao sedentarismo e à obesidade (MELO, 2005; FLAUSINO, 2013; MASCARENHAS, 2012; CARNEIRO, 2013). Na proposta de Marina Silva (Rede) é notório o caráter focalizado da política esportiva em regiões mais pobres. Um discurso que contradita ao da universalização do direito ao esporte (ATHAYDE, 2014; CARNEIRO, 2013).

Sobre a categoria temática 'futebol', Guilherme Boulos (PSOL) apresentou 7 propostas e Fernando Haddad (PT), 5. Ambos propuseram dar apoio ao futebol feminino e discutir/apoiar a unificação do calendário do futebol dos diferentes campeonatos, mas o primeiro avança ao propor a destinação de 5% do total arrecadado pela venda coletiva e centralizada dos direitos de transmissão a

projetos sociais que promovam a prática do futebol, bem como a centros de formação para o futebol feminino.

Guilherme Boulos (PSOL) sugere, ainda, criar a Lei Prata da Casa, tendo uma taxa sobre transferências internacionais de jogadores até 23 anos para interferir no êxodo dos jovens atletas e proteger os clubes de formação. Além disso, o candidato se comprometeu a revisar o Estatuto do Torcedor, a exigir contrapartidas sociais dos recursos públicos e renúncias fiscais dos clubes com o estabelecimento de ingressos sociais e a defender a regulamentação da venda dos direitos de transmissão televisiva.

Já Fernando Haddad (PT) propôs implementar, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Programa de Modernização da Gestão do Futebol. Ademais, sinalizou a necessidade de criar políticas públicas de futebol voltadas para a transparência, a boa gestão e o fortalecimento do mercado brasileiro, tomando o futebol como vetor de desenvolvimento e promoção das capacidades do país.

Há grande consonância entre a contextualização que Guilherme Boulos (PSOL) realiza em relação ao futebol e suas propostas, isto é, propõe soluções para aquilo que critica. As propostas supracitadas sobre o futebol feminino é fruto de lutas das mulheres pela igualdade de gênero no futebol, elemento que reverberou no seu reconhecimento no Estatuto da FIFA (ALMEIDA, 2019). Assim, Guilherme Boulos (PSOL) materializa sua proposta ao propor a vinculação de recursos para o futebol feminino. Desse modo, há um forte caráter intervencionista do Estado em relação ao esporte nas propostas de Guilherme Boulos (PSOL), elemento que também se faz presente na proposta de governo de Fernando Haddad (PT), embora este apresente também um caráter liberalizante do futebol no que diz respeito às questões econômicas.

Em relação à categoria temática 'acesso/direito ao esporte', encontramos propostas de quatro candidatos: Marina Silva (Rede), Guilherme Boulos (PSOL), José Maria Eymael (DC) e Fernando Haddad (PT). A primeira pretende incentivar o esporte e a atividade física para população jovem, adulta e idosa, além de fortalecer a cidadania das pessoas com deficiência através do acesso às atividades esportivas e incentivar a construção de trajetória estruturada de iniciação, especialização e aperfeiçoamento esportivo, com garantia de acesso a todas as crianças e adolescentes. O segundo apontou o apoio a programas de práticas corporais e de lazer que não se restringiam ao esporte de alto rendimento e promover jogos, torneios e lazer para a terceira idade. O terceiro comprometeu-se a universalizar o acesso ao esporte amador, implantando, para tanto, o PRÓ-AMADOR – um Plano Nacional de apoio ao esporte amador competitivo –, além de promover políticas públicas de esporte para a integração da criança e do adolescente. O último apontou investir em todas as modalidades esportivas no esporte amador e realizar programas e ações esportivas.

O debate sobre garantir o esporte como direito é fundamental, sobretudo, porque embora esteja previsto legalmente na Constituição Federal, há dificuldade de implementá-lo, conforme debatido anteriormente. Além disso, nos últimos anos, a garantia do esporte como direito foi secundarizado em relação aos grandes eventos esportivos e ao esporte de alto rendimento (CARNEIRO, 2018). Embora haja propostas sobre diferentes faixas etárias, há aquelas que focalizam a juventude, sendo isso recorrente nas políticas esportivas, sobretudo na juventude pobre (CARNEIRO, 2013; MELO, 2005).

Sobre a categoria temática 'infraestrutura esportiva', Fernando Haddad (PT) fez 6 propostas, quais sejam: retomar os investimentos em infraestrutura esportiva, com foco na juventude e na acessibilidade das pessoas idosas e com deficiências, assim como ampliar os equipamentos esportivos nas escolas e recuperar o projeto original de Legado dos Parques Olímpicos do Rio, articulando à Rede Nacional de Treinamento, aumentando seu investimento e viabilizando as Arenas da Copa nos estados para que, assim, possa estimular a promoção de eventos e gerar empregos.

As propostas de Marina Silva (Rede) orbitam em torno do apoio aos municípios com mais de 100 mil habitantes a implantarem ciclovias, pistas de corridas e caminhadas, além de implementar políticas que favoreçam o uso de vias públicas para a prática de atividade física, bem como o oferecimento de apoio técnico e financeiro para que estados e municípios ofereçam espaços públicos adequados à prática de atividade física para cada grupo de 10 mil habitantes. Já Ciro Gomes (PDT) propôs a promoção facilitada do acesso à cidade e espaços de lazer para que os jovens possam viver a cidade em sua plenitude.

As propostas apresentadas por Fernando Haddad (PT) estão diretamente associadas àquilo que foi desenvolvido pelos Governos Lula e Dilma em relação à infraestrutura esportiva. Carneiro (2018) identificou que um dos principais gastos com o esporte nesses governos foi com infraestrutura. Ademais, o candidato busca propor ações para aproveitar as infraestruturas projetadas e/ou desenvolvidas, como os Parques Olímpicos do Rio, a Rede Nacional de Treinamento e as Arenas da Copa nos estados. Já as propostas de Marina Silva (Rede) estão fortemente direcionadas aos municípios e suas infraestruturas urbanas, isto é, busca possibilitar que o acesso ao esporte se realize por infraestruturas a serem desenvolvidas nos municípios. A articulação com os municípios também se faz presente na proposta de Ciro Gomes (PDT).

No que tange à categoria temática do 'financiamento do esporte', Guilherme Boulos (PSOL) fez 5 propostas, sendo elas: destinar dotação orçamentária para o esporte e o lazer, priorizando suas garantias como direitos; redefinir os gastos tributários diminuindo progressivamente o volume destes recursos; destinar os recursos de empresas estatais para a garantia do esporte e lazer como direito e para a iniciação e a excelência esportivas; e constituir um fundo público exclusivo do esporte e lazer, descentralizado e com acompanhamento da sociedade civil.

Marina Silva (Rede), por seu turno, planejou aumentar substancialmente os recursos federais destinados ao esporte e criar mecanismos para tornar o esporte de alto rendimento menos dependente dos recursos públicos. João Amoedo (NOVO) propôs novas formas de financiamento de cultura, do esporte e da ciência com fundos patrimoniais de doações.

Guilherme Boulos (PSOL) e Marina Silva (Rede) apontam para a necessidade de ampliar os recursos federais para o esporte. O primeiro prioriza o esporte como direito, enquanto a segunda não menciona a questão do direito ao esporte. As CNEs já haviam reivindicado o aumento de recurso para o esporte (CASTELAN, 2010; FLAUSINO, 2013). O que de fato aconteceu, contudo com foco nos grandes eventos e no esporte de alto rendimento, muito embora os recursos destinados ao esporte continuassem sendo os menores em comparação com outras áreas (CARNEIRO, 2018). João Amoedo (Novo) realiza uma proposta inovadora para o esporte, a criação de fundos patrimoniais de doações. De acordo com Fender (2018), já existem projetos de lei no Parlamento brasileiro sobre o assunto e que aqueles são bastante difundidos nos Estados Unidos.

Em relação à categoria temática 'esporte de alto rendimento', Guilherme Boulos (PSOL) e de Fernando Haddad (PT) apresentaram 2 propostas, e Marina Silva (Rede), de Ciro Gomes (PDT) e José Marial Eymael (DC), 1 proposta. O primeiro apontou a necessidade de estabelecer programas de vivência e formação paralímpica e de estabelecer com as entidades esportivas uma política nacional de formação e desenvolvimento de atletas, com a utilização dos recursos das loterias. O segundo propôs relançar e aperfeiçoar o Plano Brasil Medalhas e investir em todas as práticas esportivas de alto rendimento. A terceira trouxe apenas a intenção de promover o esporte de alto rendimento. O quarto propôs desenvolver programas de incentivo ao esporte, como iniciativas regionais e o Bolsa Atleta. E o último indicou transformar o Brasil em uma nação olímpica.

As referidas propostas não apresentaram novas políticas para o esporte de alto rendimento, mas apontam para a necessidade de reforçar/relançar ações já existentes, como é o caso dos programas: Bolsa Atleta e do Plano Brasil Medalhas. Como vimos, o esporte de alto rendimento foi priorizado no direcionamento dos recursos esportivos, além de terem sido criadas novas fontes de recursos para ele (CARNEIRO, 2018).

Na categoria temática 'pesquisa', Guilherme Boulos (PSOL) fez 4 propostas. É possível perceber a proposição de programas e ações que se fizeram presentes no ME (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019), tais como: fortalecer e ampliar a REDE CEDES; criar o programa de apoio às pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do esporte e do lazer no Brasil; e estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das Políticas de Esporte e Lazer garantindo transparência e controle social.

Já Fernando Haddad (PT) propôs implementar a Universidade do Esporte, articulando ensino, pesquisa e extensão, visando a formação de profissionais de nível internacional voltados para toda a cadeia produtiva do esporte (gestão esportiva, saúde, pesquisa e políticas públicas). Esta se coloca como uma proposta inovadora, isto é, uma política que não foi realizada anteriormente, buscando abarcar formação, pesquisa e extensão de ações no campo do esporte.

Na categoria temática 'participação e controle popular', apenas Guilherme Boulos (PSOL) apresentou propostas, são elas: garantir a participação dos movimentos LGBTIs na formulação de programas e projetos de esporte, lazer e práticas corporais; incluir a temática do Esporte e Lazer nas deliberações do Sistema Nacional de Democracia Direta; realizar a Conferência Nacional de Esporte e Lazer a cada dois anos; democratizar e fortalecer o Conselho Nacional de Esporte; e fomentar a constituição de Conselhos Comunitários para gestão dos equipamentos públicos de esporte e lazer construídos, revitalizados e qualificados nas cidades.

Dessarte, nas proposições foram apontados diferentes elementos para ampliar a participação e o controle popular nas políticas esportivas. Ao olhar para o passado, Araújo (2016) coloca que a meta do governo PT de transformar a participação social em um método de governo não foi alcançada no âmbito do esporte, pois foram realizadas apenas 3 CNEs e o Conselho Nacional do Esporte teve um caráter legitimador das políticas de interesse do Poder Executivo.

Sobre a categoria temática 'entidades de administração esportiva' apenas Guilherme Boulos (PSOL) desenvolveu propostas, as quais sinalizavam o rompimento com a política de conciliação com a cartolagem dos clubes, federações e confederações esportivas, bem como na auditoria das contas das entidades esportivas (CBF, COB e federações) e no fomento de processo de democratização dos clubes, federações e da CBF. Novamente as propostas de governo de Guilherme Boulos (PSOL) apontam para uma intervenção do Estado nas entidades esportivas, reduzindo sua influência na política esportiva nacional.

Para Castelan (2010), as entidades de administração esportiva e os clubes são os agentes do setor esportivo mais conservadores e poderosos. Há tempos estas instituições determinam a direção da política esportiva nacional (CASTELLANI FILHO, 2008). Isso se fez presente nos Governos Lula e Dilma, contudo no governo desta houve a criação de legislações que buscavam estabelecer uma nova relação entre o governo federal e as entidades de administração esportivas e os clubes, apontando a necessidade de serem mais democráticas e transparentes para que pudessem receber recursos públicos federais.

Em relação à categoria temática 'Sistema Nacional do Esporte', há propostas de Guilherme Boulos (PSOL) e de Fernando Haddad (PT), onde o primeiro trouxe a ideia de constituir, de forma democrática e participativa, o Sistema Nacional de

Esporte e Lazer, e o segundo a criação do Sistema Único do Esporte, definindo o papel da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e das entidades esportivas na oferta de políticas de esporte (sistema quadripartite). Dessa maneira, ambos apontaram para a necessidade de constituir o Sistema Nacional do Esporte. Esta discussão é de longa data, já sinalizada nas deliberações das três CNEs, além de ter sido tema da II CNE (CASTELAN, 2010; FLAUSINO, 2013).

Além das temáticas supracitadas, identificamos propostas que não se encaixavam em nenhuma das temáticas. Assim, propostas diversas, apontadas por Guilherme Boulos (PSOL), sinalizam na direção de desenvolver programas e projetos para o combate a manifestações de preconceito de gênero, sexual, racial e regional; implementar o Programa Nacional de fabricação de equipamentos e materiais esportivos: as Fábricas Sociais de Esporte e Lazer; criar uma Política Nacional de Formação em Esporte e Lazer; promover, em articulação e com protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, o Jogos Nacionais e Mundiais dos Povos Indígenas a cada dois anos; promover a cooperação esportiva internacional, com prioridade aos países da América Latina, África e lusófonos; e transformar o Ministério do Esporte em Ministério do Esporte e Lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate em torno do esporte e dos demais direitos sociais são essenciais à construção das agendas públicas. Por isso, apanhar o que os presidentiáveis estão propondo para o setor, examinar e submetê-los à análise crítica é tarefa da qual as pesquisas acadêmico-científicas não podem se furtar.

Assim, pelos dados apresentados, é nítido que o esporte não figura como prioridade no debate na agenda pública eleitoral. Expressão disso é que 6 dos 13 candidatos não apresentaram nenhuma discussão ou proposta sobre o esporte, simplesmente ignorando-o como importante área de intervenção de políticas públicas, devendo ser fomentado pelo Estado.

Dentre aqueles candidatos que apresentaram elementos sobre o esporte em suas propostas de governo, 4 fizeram propostas sem apresentar uma contextualização, são eles: Jair Bolsonaro (PSL), Ciro Gomes (PDT), João Amoêdo (Novo) e José Maria Eymael (DC). Assim, há uma presença tímida, superficial e assistemática do fenômeno esportivo nestas propostas de governo.

Já os candidatos Marina Silva (Rede), Fernando Haddad (PT) e Guilherme Boulos (PSOL) apresentaram maior consistência em suas proposições para o esporte, sobretudo os dois últimos. Estes apresentaram uma contextualização, alcançando elementos importantes como a garantia do direito ao esporte na legislação, a importância do esporte, o gasto do governo federal com o setor, a realização dos grandes eventos esportivos, a relação do Estado com as entidades

esportivas, o futebol, dentre outras. Essas análises apresentam convergências em determinados pontos, mas divergências em muitos outros.

As propostas abarcaram 11 diferentes temáticas, com destaque para a articulação do esporte com outras áreas, o futebol, o acesso/direito ao esporte, a infraestrutura e o financiamento. É emblemático que o maior volume de proposta tenha sido para a articulação do esporte com outras áreas, pois esta foi uma questão que quase sempre não se fez presente nas políticas esportivas federais.

A análise dos documentos sugere que o tratamento do esporte nesta corrida eleitoral oscilou entre a completa ausência do fenômeno esportivo no debate público, pinceladas superficiais e assistemáticas, chegando à reafirmação de lugares-comuns e à apresentação de um consistente debate programático e/ou propositivo no âmbito da agenda pública brasileira. É importante que outros estudos possam analisar as diferentes propostas de governo das diferentes esferas do Estado brasileiro, bem como que sejam realizadas outras abordagens teórico-metodológicas.

NOTAS

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse, incluindo interesses financeiros específicos e relacionamentos e afiliações relevantes ao tema ou materiais discutidos no manuscrito.

AUTORIA E COAUTORIA

A autoria é responsável pelos conteúdos do texto. Os autores declaram que participaram de forma significativa na construção e formação desde estudo, tendo, enquanto autor, responsabilidade pública pelo conteúdo deste, pois, contribuíram diretamente para o conteúdo intelectual deste trabalho e satisfazem as exigências de autoria.

Fernando Henrique Silva Carneiro - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Nadson Santana Reis - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução

do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Claudia Catarino Pereira - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Ywry Crystiano da Silva Magalhães - Concepção e desenvolvimento (desde a ideia para a investigação ou artigo, criou a hipótese); Desenho metodológico (planejamento dos métodos para gerar os resultados); Supervisão (responsável pela organização e execução do projeto e da escrita do manuscrito); Coleta e tratamento dos dados (responsável pelos experimentos, pacientes, organização dos dados); Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Levantamento da literatura (participou da pesquisa bibliográfica e levantamento de artigos); Redação (responsável por escrever uma parte substantiva do manuscrito); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

Fernando Mascarenhas - Análise / interpretação (responsável pela análise estatística, avaliação e apresentação dos resultados); Revisão crítica (responsável pela revisão do conteúdo intelectual do manuscrito antes da apresentação final).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Caroline Soares de. O Estatuto da FIFA e a igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. *FuLiA/UFMG*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 72–87, jan./abr. 2019.

ARAUJO, Silvana Martins de. *Controle democrático da política esportiva brasileira: um estudo sobre o Conselho Nacional do Esporte*. 2016. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; REIS, Nadson Santana. O esporte como direito de cidadania. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 490–501, abr./jun. 2016a.

ATHAYDE, Pedro; CARVALHO, Miguel; MATIAS, Wagner; CARNEIRO, Fernando; SANTOS, Samir. Panorama sobre a constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 38–53, dez. 2016b.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O " lugar do social " na Política de Esporte do Governo Lula. *SER Social*, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. *O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do governo Lula e suas implicações sociais*. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONALUME, Cláudia Regina. *O esporte e o lazer na formulação de uma política pública intersetorial para a juventude: a experiência do PRONASCI*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Brasília, 2010.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

BRASIL. *Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997, Lei da eleições*. 1997. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. *A política de esporte no Distrito Federal: Centros Olímpicos, "terceiro setor" e focalização*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, 2013.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. *O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma*. 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O direito ao esporte análise do planejamento e execução de políticas pública no Distrito Federal no período 2008 - 2011. *Licere*, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 86-123, jun. 2014.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando. Era uma vez um Ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-22, out./dez. 2019.

CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; PEREIRA, Claudia Catarino; MASCARENHAS, Fernando. A matriz de financiamento público federal do esporte no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, n. 27, v. 4, p. 85-102, 2019.

CASTELAN, Lia Polegato. *As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

CASTELLANI FILHO, Lino. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Org.). *Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais*. Santo André: Alpharrabio, 2008. p. 129-144.

CASTELLANI FILHO, Lino. *O PT, a política esportiva brasileira e a síndrome de Estocolmo*. 2009. Disponível em: <http://observatoriodoesporte.org.br/o-pt-a-politica-esportiva-brasileira-e-a-sindrome-de-estocolmo/>. Acesso em: 18 mar. 2020.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015.

FENDER, Rene Vinicius Donnangelo. Fundos patrimoniais e fundos de apoio como ferramenta de financiamento do esporte no Brasil. *E-Legis*, Brasília, n. esp., p. 141-167, nov. 2018.

FERREIRA, Alan de Carvalho Dias; Vitor, Kassandra Pereira; HAIACHI, Marcelo de Castro; REPPOLD FILHO, Alberto Reinaldo. Financiamento do esporte paralímpico no Brasil: convênios. *Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade*, v. 11, n. 1, p. 22-36, jan./mar. 2018.

FLAUSINO, Michelle da Silva. *Plano decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FLAUSINO, Michelle da Silva; MASCARENHAS, Fernando. O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação. *Licere*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 1-26, jun. 2012.

MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e educação física: alerta de tsunami. *Movimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 39-67, jan./mar. 2012.

MASCARENHAS, Fernando. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-80, out./dez. 2016.

MASCARENHAS, Fernando; CARNEIRO, Pedro Fernando Avalone Athayde; SANTOS, Mariângela Ribeiro; MIRANDA, Natália Nascimento. O bloco olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. *Revista da ALESDE*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012.

MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 88-98, jan./mar. 2017.

MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e juventude pobre: política públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. Campinas: Autores Associados, 2005.

PEREIRA, Claudia Catarino. *As empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs.). *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2009.

PRONI, Marcelo Weishaupt; SILVA, Leonardo Oliveira. *Impactos econômicos da Copa do Mundo de 2014: projeções superestimadas*. 2012. Instituto de Economia Unicamp, Campinas, 2012.

RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco; SILVA, Dirceu Santos. Fragmentação e intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 99-114, jan./abr. 2014.

TEIXEIRA, Marcelo Resende. *Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Marcelo Resende. *Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Recebido em: 3 jul. 2020
Aprovado em: 14 ago. 2020

Artigo submetido ao sistema de similaridade Turnitin®.

A revista **Conexões** utiliza a [Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0](#), preservando assim, a integridade dos artigos em ambiente de acesso aberto.

A Revista Conexões é integrante do Portal de Periódicos Eletrônicos da Unicamp e associado/membro das seguintes instituições:

